



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0006515-12.2017.8.26.0566 - 2017/001880**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **IP, BO - 185/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1480/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Réu: **MARCELO PEREIRA DOS SANTOS**
 Data da Audiência: **01/10/2018**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **MARCELO PEREIRA DOS SANTOS**, realizada no dia 01 de outubro de 2018, sob a presidência do **DR. Claudio do Prado Amaral**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. LUCAS CORRÊA ABRANTES PINHEIRO – DEFENSOR PÚBLICO**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas a vítima PAULO HENRIQUE GONÇALVES PEDROSO e a testemunha PAULO SÉRGIO GINI. Com base no artigo 217 do CPP foi determinada a saída do réu da sala de audiências durante o depoimento da testemunha PAULO HENRIQUE GONÇALVES PEDROSO. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não havendo outras provas a serem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (***Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça***). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. MARCELO PEREIRA DOS SANTOS**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 155, § 4º, inciso I, do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia. A defesa requereu afastamento da qualificadora, fixação da pena mínima, bem como aplicação do art. 14, da Lei 9807. com o reconhecimento do privilégio, e regime inicial aberto com substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. **É o relatório. DECIDO.** O acusado confessou em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. A materialidade está demonstrada pelo laudo de fls. 60, não havendo dúvida sobre a autoria do arrombamento, tampouco. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Fixo a pena em 02 anos e 06 meses de reclusão e 15 dias multa em razão do antecedente certificado às fls 77. O acusado é reincidente, mas também é confesso. Tomo a confissão como preponderante, uma vez que revela algum tipo de arrependimento, que por sua vez é importante passo em direção à prevenção especial, almejada tanto pelo artigo 59 do Código Penal quanto pelo artigo 1º da Lei de Execuções Penais, razão pela qual reduz a pena para o mínimo legal. Em razão do mau antecedente e da reincidência, o réu iniciará o cumprimento da pena em regime fechado (inclusive em razão do prejuízo elevado suportado pela vítima), sem direito a substituição por pena restritiva de direito nem "sursis". Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Não vislumbro necessidade de aplicação de medida cautelar durante o processamento de eventual recurso. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **MARCELO PEREIRA DOS SANTOS** à pena de 02 anos de reclusão em regime fechado e 10 dias-multa, por infração ao artigo 155, § 4º, inciso I, do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

não recorrer da presente decisão. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: